

Revista Ética e Filosofia Política – Volume 10 – Nº 1

Junho de 2007

O Genocídio da primeira nação inteiramente cristã.

Revista Ética e Filosofia Política

Revista do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora • www.eticaefilosofia.ufjf.br

O Genocídio Armênio de 1915 é, sem dúvida alguma, um dos maiores escândalos do século XX. Um Povo, portador de uma cultura milenar, documentada por monumentos preciosíssimos, de uma religião tradicional, de língua própria, de uma literatura mundialmente reconhecida, em suma de uma tradição riquíssima, um Povo cuja identidade é atestada em Documentos de autoridade indiscutida, um Povo bíblico, foi cruelmente massacrado; as cidades da Armênia Ocidental foram todas saqueadas; os lares destruídos pela espada impiedosa de usurpadores. A ordem era o aniquilamento total, amplo e irrestrito dos *infiéis* através de deportações e de chacinas sucessivas a partir de 1895, com o Grande Massacre, passando pela Carnificina Selvagem de Adana, comandada pelos Jovens Turcos traidores (1909), culminando no Genocídio Sistemático de 1915, que provocou a indignação do mundo inteiro, e nas chacinas da região de Esmirna, sofridas também pelos Gregos (1921-1923). A partir de então, um grupo político-intelectual com base na Turquia e internacionalmente representado vem sistematicamente negando a existência destes fatos, através de uma propaganda mordaz e irreal, propaganda esta que não só minimiza a barbárie cometida contra os Armênios, mas manipula, através da distorção dos acontecimentos, a verdade sobre um dos maiores conflitos do século XX. Para este grupo, os documentos que atestam o Genocídio não passam de um mito, criado pelos Armênios, com o fim de reivindicar territórios e indenizações. A tese do grupo é claríssima: não houve Genocídio e, portanto, não há lugar para reivindicações, nem mesmo morais. Tudo não passa de propaganda Armênia, de pressão psicossociológica junto aos governos inimigos da República Turca.

* * Doutor em Moral pela Pontifícia Universidade Lateranense – Roma – Itália.

Professor de Ética (Departamento de Filosofia) da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG – Brasil.

Professor do Programa de Pós-Graduação (Departamento de Ciência da Religião) da Universidade Federal de Juiz de Fora – MG – Brasil .



Ora, os historiadores são unânimes no que se refere ao número das perdas e dos prejuízos ocorridos entre 1915 e 1920. Só durante esta época podemos afirmar que 1.500.000 Armênios forma mortos. Dentre eles encontram-se intelectuais, escritores, poetas, redatores, professores, diretores de escolas; 2500 cidades foram cruelmente saqueadas, 4000 igrejas e capelas foram destruídas ou danificadas e destinadas a outras finalidades. 203 mosteiros foram secularizados assim como cerca de 30.000 manuscritos perdidos ou queimados. A Igreja Apostólica Armênia perdeu 3.000 presbíteros e 50 bispos e arcebispos. Os Dignitários, depois de torturados, foram submersos em petróleo e queimados vivos. Vê-se, pois, de modo patente, que durante estes cinco anos, durante o Genocídio, as perdas foram enormes e os números aqui mencionados são com segurança internacionalmente reconhecidos. O que se poderia acrescentar em termos de perdas humanas e de prejuízos, de danos materiais e morais quando se sabe que desde 1890 até 1923 a repressão, os massacres, as deportações foram efetuadas de modo quase contínuo e, em períodos determinados, com a ênfase total de uma vontade de extermínio brutal. A pouca importância que este grupo outorga ao *Tratado de Paz de Sèvres*, firmado em 10 de agosto de 1920 entre as principais Potências Aliadas, contendo seis artigos relativos à Armênia (secção VI, artigos 88 a 93), onde as potências aliadas declaram reconhecer a Armênia como Estado livre e independente, e a relevância com que o mesmo grupo divulga, pormenorizadamente, a Conferência de Lausanne, onde no início, os representantes Armênios não foram admitidos e onde não houve sequer satisfações para as suas reivindicações, mostram a continuidade desta posição se inserindo na tradição de intransigência prepotente do Império Otomano.

Fossem os Governantes mais liberais e menos manipuladores utilizando sempre de sua posição estratégica para fazer com que potências internacionais interferissem na vigência dos Tratados (o próprio Tratado de Sèvres foi trocado pelo de Lausanne por pressão da Turquia junto às Potências Aliadas); fossem os Governantes realmente sinceros, conferindo de fato a segurança física aos Armênios, assim como garantindo a segurança de seus bens materiais e culturais; viessem aqueles realmente ao encontro de seus justos anseios pela, pelo menos, autonomia federativa dentro do Império, provavelmente teriam sido prevenidos os tristes fatos

que aconteceram. Mas a posição Turca foi sempre outra, marcada pela arrogância e pela prepotência, impondo sempre as suas decisões, sob a ameaça de armas. Os Armênios foram obrigados a renunciar ao Tratado de Sèvres no dia 3 de dezembro de 1920.

No que concerne à Documentação Histórica Antiga sobre os Armênios, um número enorme de historiadores, filósofos e homens de letras gregos e romanos, autores como Xenofonte, Estrabão, Plutarco, Políbio, Arrímio, Flávio Josefo, João de Antioquia, Libânio, Luciano, Marcelino, Cícero Eutrópio, Cláudio Laudiano, Justino Pompeu, Lactância, Plínio Moço, Rufino Flávio, Suetônio, Patérculo, todos falam sobre a Armênia, atestando, reportando acontecimentos aí sucedidos em períodos precisos de sua História. Por outro lado, o nome Urartu é uma versão de Ararat e na inscrição trilingüe cuneiforme de Behistun, de Dário I dos Persas (515 aC), os nomes Urartu e Armênia são recíprocos.

No que tange à Documentação do Genocídio de 1915 uma série de *telegramas* do então Ministro do Interior *Talaat Pashá*, ordenando exterminar inteiramente os Armênios e prometendo castigar os funcionários da Administração que não cumprissem cegamente esta ordem, telegramas estes cifrados e reconhecidos em todo o mundo como Documentos importantíssimos sobre o Genocídio, atestam a barbárie das deportações e dos massacres.

Uma questão inadequadamente colocada é a do assim chamado "Terrorismo Armênio". Não se pode negar que tenham existido Grupos Armados de jovens Armênios, mas quem são estes jovens e o que visam? Antes de tudo, deve-se dizer que este *Movimento Armado* é uma reação, é efeito, é *conseqüência*. São Movimentos que surgem *depois* do Genocídio. Não se pode, pois, *confundir* e muito menos *reduzir* a História. Começa-se, sim, pelo início, não pelo fim como se fosse a causa de tudo. Insinuar que conseqüências possam ser a causa é no mínimo distorcer, manipular. *Terror* foi, sim, a crueldade institucionalizada de modo amplo e irrestrito a partir de 1880, colocada em prática sob a égide do próprio Estado. O terror institucionalizado, assumido, financiado por um *Império* que ordena "*o extermínio dos Armênios sem escutar os sentimentos da consciência*" (Telegrama do Ministro do Interior Talaat Pashá à Prefeitura de Alepo).

Mas qual seria a *verdade* sobre a reação dos Grupos Armados de jovens Armênios?

Para os responsáveis pelo Genocídio dos Armênios não houve um Julgamento de Nürenberg, ou de Tóquio. Na década de 20, o Povo Armênio estava saindo da grande tragédia. Dizimado, disperso, desamparado, os Armênios não conseguiam senão sofrer e suportar. Mas o limite chegou e o Povo decidiu fazer a sua Justiça, a Justiça que nunca foi feita pelos Organismos Internacionais por causa dos interesses estratégicos e econômicos e as mil conveniências diplomáticas. Meia dúzia de jovens recrutados, jovens que viveram, existencializaram os horrores dos massacres, todos estudantes, foram à procura dos esconderijos dos principais responsáveis pelo Genocídio, na época, todos foragidos. Nos anos 1921-1922, foram localizados e mortos a tiros sete deles. No dia 15 de março de 1921, foi morta em Berlim a figura número 1, Talaat Pashá por Solomon Tehliriam, preso pela Polícia Alemã e julgado. Apesar de seu ato premeditado, Tehlirian foi absolvido. Este Processo, todo documentado, foi o julgamento do século.

O que se deseja é o reconhecimento pela comunidade internacional do Genocídio cometido em 1915 contra todo o Povo Armênio. O Tratado de Sèvres (agosto de 1920) atesta de modo eminentemente claro os grandes danos físicos e morais sofridos pelos Armênios nesta época. A atitude pacífica do Povo Armênio (de 1878, do Tratado de San Stefano que oficializava a Causa Armênia, a 1975, quase 100 anos, portanto) para ver solucionada a sua Causa através de Diálogo e de outras tentativas parlamentares malogradas pela intransigência de certos grupos e pela inércia da O.N.U. não deixou outra alternativa a não ser a da luta, como meio de apelar à solidariedade dos Povos civilizados pela solução da Causa Armênia. Pois estes jovens Armênios saíram à *cata* dos porta-vozes do terror, difundindo mentiras, falsificando fatos, confundindo a opinião pública mundial, minando, através de chantagens nos meios diplomáticos, os procedimentos pela solução da Causa Armênia. Isto para forçar o Governo Turco a abrir diálogo direto com os Armênios ou através de Terceiros.

A subcomissão de Prevenção das Discriminações e proteção às minorias da O.N.U. estabeleceu o reconhecimento daquilo que ninguém

pode negar. Mediante votação, foi aprovado, por maioria, um relatório sobre o Genocídio, em que se inclui o caso Armênio de 1915 como Genocídio. A aprovação do dito relatório é uma vitória da justiça e da humanidade. Este Documento ratifica os fatos históricos realizados pelo Governo Otomano contra os Armênios, não se pode absolutamente querer negar o que é evidente, patente. A mesma posição foi assumida pelo *Parlamento Europeu* em junho de 1987 quando reconheceu, por votação da maioria de seus membros, o Genocídio dos Armênios. O Genocídio foi ainda reconhecido pela Assembléia nacional da França.

A verdade tão óbvia, tão evidente, expressada tão bem por Arnold TOYNBEE, se encontra em sua obra "*An Anthology of Historical Writings on the Armenian Massacres of 1915*", 1971, p. 32 e 33: "Não há dúvida alguma sobre o que aconteceu em 1915. Os Armênios, habitantes do Império Otomano, foram expulsos de suas casas e deportados para os distritos mais longínquos e insalubres, escolhidos pelo Governo para aprisioná-los. Enquanto uns foram assassinados no local, outros pereceram pelo caminho e outros, ainda, morreram depois de chegar ao destino. A lista dos mortos está acima de seiscentos mil; talvez outros seiscentos mil estejam ainda vivos no Exílio e mais seiscentos mil foram ou forçados a se converter ao Islã, ou se esconderam nas montanhas, ou conseguiram fugir, atravessando a fronteira Otomana. O Governo Otomano não pode nem negar estes fatos nem justificá-los. Nenhuma infração ou falta individual por parte dos Armênios pode justificar um tal crime contra uma raça inteira".

Mas, apesar do horror do Genocídio, a Armênia não morreu. A Armenidade foi mais forte do que a morte. A Armênia está viva, hoje, no cáucaso, nos 29.800 Km² da atual, livre e independente República da Armênia, com os seus 3.500.000 habitantes. Sua bandeira tremula nos Organismos da Comunidade Internacional, simbolizando o País democrática e juridicamente organizado, sujeito de direito público internacional. Nesta situação legal, podemos todos, o mundo inteiro, usufruir desta cultura milenar riquíssima e única sob muitos aspectos.

A Armênia se encontra viva também através de sua Diáspora. Os expatriados não desapareceram - como queria o Império Otomano - mas cresceram e se multiplicaram na Terra do Exílio. Sustentados pelo sangue

das 2.000.000 de vítimas e pelos 2000 anos de História, a Diáspora nunca se esqueceu da mãe Pátria, nem poderia ser diferente. O amor ilimitado pela Armênia foi sempre o sentimento, a realidade humana que uniu os Armênios de todo o mundo; a chama ardente, o critério límpido, a medida transparente e transcendente que fundiu a Diáspora na Terra e a Terra na Diáspora. Um só coração, uma só alma, um só espírito, nas horas de alegria, como a celebração histórica da Independência e nas horas de tristeza, como aqueles minutos intermináveis que sacudiram o solo Armênio durante o terremoto de 88.

Desta forma, a Armênia una e única, a que sofreu o Genocídio e a República nova, livre e próspera, reflete, hoje, com muito orgulho, sobre a sua identidade. E o faz com muita *esperança*. Aquela *mesma esperança* representada por um de seus símbolos maiores e mais incisivos: O *Khatchkar*, quase sempre a cruz da ressurreição, a árvore da vida e da glória. Que esta *esperança*, artisticamente inscrita na mais profunda tradição cultural Armênia seja também a nossa, aqui e agora. Esperança de vida, de liberdade e de paz.

Vivemos um início de milênio conturbado, um começo de século, onde a prática genocida se repete. Os canais de televisão nos colocam de novo diante do *horror*, tal como os filmes *Mayrig* e *Ararat* dos grandes cineastas, respectivamente, Henri Vermeuíl (Achod Malakian) e Atom Egoyan, que tão bem o representaram, de modo trágico e lírico. Diante do horror genocida, não podemos ter outra atitude a não ser a de assumir o legado moral que os Armênios nos deixaram, com o seu sangue e com o seu testemunho.

Sim, o primeiro Genocídio do Século XX, o Genocídio da primeira nação inteiramente cristã, neste sentido, primeiro, singular e paradigmático, nos ensinou uma lição de vida e de esperança, fundada nos seus 1700 anos de cristianismo. Esta lição quero resumi-la numa frase, também singular, única e paradigmática : *O amor é mais forte do que a morte*.